



**Estratégia para o Ensino
dos Direitos Humanos
no Ensino Médio**

**Stella Arantes Aragão
Adilson Pereira**

Educação em Direitos Humanos: Estratégias para o Ensino Médio



Mestrado Profissional em
Ensino em Ciências da Saúde
e do Meio ambiente

2017

“Seu rosto está voltado para o passado, onde diante de nós, aparece o encadeamento de acontecimentos. Ele vê uma catástrofe única que vai empilhando incessantemente escombros sobre escombros, lançando-os diante de seus pés. O anjo bem que gostaria de se deter. Despertar os mortos e recompor o que foi feito em pedaços. Mas uma tempestade sopra do Paraíso e se prende em suas asas com tal força que o anjo já não as pode fechar. A tempestade irresistivelmente o empele ao futuro, para o qual ele dá as costas. Enquanto um monte de escombros cresce até o céu diante dele. O que chamamos de progresso é esta tempestade.

Walter Benjamin

ARAGÃO, Stella Arantes. Orientação:
Prof. Dr. Adilson Pereira. **Direitos
Humanos: Estratégias para o
Ensino Médio.**

Rio de Janeiro: Mestrado em Ensino
de Ciências da Saúde e do Meio
Ambiente, Centro Universitário de
Volta Redonda, outubro de 2017.

A pesquisa que deu origem a esse material pode ser acessada em:

[LINK DA DISSERTAÇÃO](#)

Sumário

Apresentação	6
Introdução	9
Noções iniciais	14
Tema 1 – Sobre os sexos e a sexualidade .	21
Tema 2 – A desigualdade racial	44
Tema 3 – A repressão social	56
Tema 4 – O direito à memória	66
Tema 5 – Acesso à cidade	75
Notas finais.....	88
Referências Bibliográficas	89
Anexo I – Lista de links dos filmes e documentários disponíveis	92

Apresentação

O manual que ora apresentamos foi produzido a partir de pesquisa realizada para o Mestrado em Ensino de Ciências da Saúde e do Meio Ambiente do Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA, em Volta Redonda, em que verificamos o estado da questão relativa à Educação em Direitos Humanos (EDH), por meio das publicações em periódico que tratava, de modo específico, dessa questão. A análise dos dados levantados indicou carência de artigos que tratavam, de modo específico, do tema investigado. Associada à pesquisa, consideramos a

base legal sobre a qual a EDH foi possibilitada. Aqui nos referimos ao **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)** que é um programa do Governo Federal, concebido à luz do art. 84, inciso IV, da Constituição, pelo Decreto nº 1904 de 13 de maio de 1996, "contendo diagnóstico da situação desses direitos no País e medidas para a sua defesa e promoção, na forma do Anexo deste Decreto". Já existem três versões do PNDH. As versões I e II foram publicadas durante o governo FHC, e a última, ou PNDH III, foi publicada, após

intenso debate, em meados de 2010, no governo Lula.

Com base nessas considerações, foi possível traçar alguns temas transversais e propor estratégias de ensino que auxiliem os docentes na abordagem dos referidos temas. Acreditamos que esse material subsidie os docentes que estejam interessado em práticas reflexivas desenvolvidas no ambiente escolar.

Introdução

Este livro possui a intenção de propor estratégias que possibilitem aos docentes abordar temas relacionados aos direitos humanos. Muito embora esses temas sejam tratados pelos meios de comunicação e façam parte do rol de discussões das várias mídias e redes sociais, acreditamos que, justamente por isso, os docentes tenham necessidade de materiais didático-pedagógicos fundamentados em pesquisas para além do senso comum.

Neste sentido, a pesquisa bibliográfica proposta para a realização do conteúdo deste livro, preocupou-se em verificar o contexto histórico que moldou a formulação dos direitos humanos no Brasil. Acreditamos que essa emergente disciplina, que vem amadurecendo no ambiente do processo democrático pós-ditadura, pode ser implementada a partir de temas transversais no segmento do Ensino Médio e, por isso, demandam do docente adequada preparação em termos de estratégias que promovam a reflexão, o debate e a tomada de posição de defesa e proteção desses direitos. Esses

discentes, de forma majoritária, enfrentam os desafios de produção da redação no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Sem dúvidas, os números que retratam a realidade do último ENEM são expressivos, 84.236 tiveram sua redação anulada e somente 77 participantes do exame alcançaram a nota mil. Essa diminuição tem sido ampliada no decorrer dos anos, em 2015, 104 e em 2014, 250 participantes com nota mil.

Os temas das redações do ENEM possuem caráter sociológico, histórico, jurídico, bem como de outras disciplinas associadas, promovendo uma abordagem

mais ampliada das questões. Essa é também a contribuição que ora apresentamos com o presente livro, já que no trato dos temas relacionados aos Direitos Humanos, compreendemos aspectos que se fazem necessárias para o entendimento do que são esses direitos no Brasil.

Muito embora, nossa história seja marcada por um percurso de violações aos Direitos Humanos, na maior parte das vezes, institucionalizadas e aparelhadas pelo Estado, e ainda que tenhamos no cotidiano esses direitos violentados sob diversas formas, o fato de termos

instrumentos para tornar seu ensino algo relevante para a formação cidadã, denota e sinaliza uma mudança de mentalidade, ainda que tímida frente a uma cultura de desconsideração desses direitos. Acreditamos ser a escola, lugar privilegiado para a formação cidadã e mudança de mentalidade. Assim, delineamos um conjunto de temas transversais, pertinentes à Educação em Direitos Humanos, indicamos uma síntese de conteúdo para abordar o tema e propomos estratégias de ensino para que o docente possa otimizar seu trabalho pedagógico.

Noções iniciais

A base constitucional de garantias fundamentais aos cidadãos brasileiros, ainda é recente em nossa história. Na realidade, a base constitucional procura proteger parcelas da população, segmentadas em minorias marginalizadas e, ainda assim, encontra limitações, seja pela frágil atuação do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e aparatos legais, seja pela ausência de interesse na aplicabilidade eficaz de instrumentos jurídicos já assegurados e positivados na legislação brasileira.

Se, historicamente, um outro olhar nos permite avaliar o processo de colonização do Brasil, interpretado como genocídio das populações indígenas e utilização de mão-de-obra escrava para a manutenção do modelo econômico vigente no Brasil Colonial, esse mesmo olhar nos permite avaliar, à luz da constituição dos Direitos Humanos outros processos históricos que se delinearam no século XX, sobre esses, destacam-se aqueles marcados pelos governos ditatoriais e os que serviram às políticas neoliberais em meados dos anos 1990. Todos esses processos históricos,

possuem em maior ou menor grau violações aos Direitos humanos no Brasil.

Se, atualmente, temos legislações que consideram a necessidade de reconhecimento e proteção à dignidade humana, ainda assim, essa tarefa não pode ser relegada à letra da lei, na realidade, ela encontra seu objetivo fundamental quando se torna uma questão para educadores. Afinal, a tarefa desempenhada pelos educadores, teria seu reflexo na transformação da sociedade, sobretudo pela transformação da mentalidade dos indivíduos que, desse modo, poderiam adquirir melhores

garantias de reconhecimento dos seus direitos e melhores garantias de protegê-los socialmente.

Como disse Darcy Ribeiro, quando construiu o caminho histórico percorrido pelo povo brasileiro, a história das nossas matrizes étnicas está marcada pelo olhar de apenas um dos muitos protagonistas, o do invasor.

O percurso da gênese étnica, que dá forma ao que conhecemos como brasileiro hoje em dia, foi construído, em sua grande maioria, por relatos de europeus, deixando que boa parte da

cultura que pertence à genética do nosso povo ficasse em silêncio.

Porém, existem obras que se preocuparam com o olhar crítico das informações do período de constituição da sociedade brasileira e é por essas obras que seguimos nossa pesquisa bibliográfica.

Parte do processo que acredita na transformação da sociedade reside na mudança que pode ocorrer dentro do ambiente escolar. Acreditar na mudança dos indivíduos como crucial para a mudança do que lhes é imposto

socialmente é o primeiro passo rumo à uma sociedade mais justa e igualitária.

É impossível que este livro fosse produzido sem ter a carga afetiva que reside entre a autora, seu público-alvo e as temáticas propostas. Quando se trata de transformação social, um dos sentimentos motores que moldam essa prática é o compromisso ético que temos com o próximo e à coletividade.

Se quisermos traduzir esse compromisso ético como amor, solidariedade, justiça; enfim, conceitos de natureza ética, encontraremos neles a essência de um

propósito, sem o qual torna-se impossível o exercício da Educação.

Tema 1 – Sobre os sexos e a sexualidade

1 – SÍNTESE DO CONTEÚDO

Algumas das mais reconhecidas desigualdades sociais é o desnível que ocorre quando vemos a relação dos sexos e o preconceito voltado às pessoas **LGBT**. Sabe-se, de forma amplamente divulgada, que homens e mulheres possuem relações desiguais. É comum mulheres executarem as mesmas tarefas e competências que os homens e terem salários menores, existem funções que se privilegia a contratação de mulheres para, por exemplo, otimizar a venda de um produto. Como também, existiriam

impeditivos de contratação às mulheres pelo receio de engravidarem, ou ainda, o privilégio na contratação de homens porque seriam tidos como mais imponentes, por exemplo, no quadro executivo de uma grande empresa. Exemplos que podem demonstrar o quanto os ambientes de trabalho são marcados por uma cultura sexista.

Ora, o ambiente escolar, por ser o reflexo das relações interpessoais da sociedade, é um ambiente propício para que os jovens que já tenham experiência de alguma forma de violência dessa natureza, possam expressar suas ideias.

Contudo, a tarefa do docente é a de propiciar elementos de melhor compreensão dessa questão. Eis, portanto, uma temática propícia à reflexão dos direitos humanos. Incitar alunas e alunos a debaterem essas diferenças entre homens e mulheres, verificando qual a possibilidade de igualdade de gêneros, que está assegurada constitucionalmente e consignada pelo Brasil a partir da assinatura de tratados internacionais. Com certeza, essa é uma tarefa que o docente não pode deixar para uma outra pessoa. Assim, acreditamos que o primeiro ponto de

interesse a ser abordado em aula é que, a paridade entre homens e mulheres, presente nas legislações brasileiras é consideravelmente nova.

O Código Civil brasileiro, de 2002, revogou vários dispositivos que viam a mulher como propriedade do seu marido, ou ainda, só atribuíam valor e, conseqüentemente, proteção, às mulheres casadas (BRASIL, 1993).

Também o Código Penal brasileiro sofreu alterações recentes – há pouco mais de dez anos – quanto à redação dos crimes de cunho sexual, também tirando do texto a expressão “mulher honesta”, que

atribuía uma interpretação de honestidade como elemento fundamental para caracterizar vítima de estupro (BRASIL, 2008).

Pensar que os direitos das mulheres são tão jovens assim, no Brasil, é o primeiro passo para se reconhecer a desigualdade que a história do Brasil retrata entre mulheres e homens, afastando qualquer argumento que tenha objetivo de deslegitimar essa reflexão.

Outro passo para instigar a reflexão entre os alunos seria abordar os dados de estatísticas referentes às diferenças salariais, violência doméstica contra a

mulher e os cargos de representatividade ocupados por mulheres e homens. Todo esse conteúdo está fartamente contido na internet.

Um outro caminho para essa discussão é a reflexão sobre como mulheres e homens são vistos, em termos de produção econômica, para o setor empresarial, especificamente o setor privado. Frequentemente, a escolha por homens ou mulheres para ocupar cargos em empresas ou fábricas é definida a partir da lógica do menor custo para o empresário. As mulheres que têm ou que podem ter filhos são tidas como “gastos

“a mais para o setor empresarial, o que torna a lógica do lucro cruel e desigual.

Isso não significa que os homens saem, de fato, ganhando com esse tipo de cultura, já que as estatísticas demonstram que eles são associados, segundo o imaginário social, à lógica produtiva e, portanto, ser “Homem” seria ter responsabilidade com o trabalho, não faltar, estar isento de seu lar porque seria ele o provedor dos meios de subsistência da família.

As pesquisas mostram que eles morrem mais cedo, porque não cuidam da saúde,

sua lógica produtiva os impede desse cuidado, tido como “coisa de mulher”.

Para além disso, vale ressaltar que, em algum momento da história, especificamente, a história que culmina no capitalismo moderno de hoje em dia, a separação biológica se tornou uma divisão social e cultural, criando um desnível na importância de cada papel executado na sociedade.

A luta pelos direitos das mulheres só eclodiu a partir do momento em que elas reivindicaram seus direitos, seja o do voto e outros conquistados com muita luta e continuamente vigiados para que não

sejam retirados pelas tentativas de controle masculino. Assim, é imprescindível que essas questões sejam melhor discutidas no espaço da escola; afinal, se deixarmos somente para o espaço familiar, haveria a tendência de cairmos no senso comum, tão comumente utilizado pelas famílias na reprodução dos valores sociais.

Para além do desnível entre os sexos, a questão dos sexos e da sexualidade também se encontra amparada no que chamamos de diversidade humana. Essa diversidade é pauta principalmente da comunidade LGBT, que luta

constantemente para ter seus direitos assegurados de forma igualitária, tendo já conseguido inúmeros avanços, sobretudo nas legislações. O trato de direitos da comunidade LGBT é um grande desafio também para quem o escreve. Ainda não conseguimos nos distanciar suficientemente do objeto para tratá-lo com a devida normalidade. Na maioria das vezes, talvez seja preciso que o professor escute mais dos seus alunos do que tente falar daquilo que não sabe ou não sente na pele. Ou seja, este tema requer do docente uma sensibilidade ética e, por isso, uma cautela maior.

O tema sobre a homossexualidade ou identidade de gênero é motivo de inquietação na sala de aula, especialmente porque os adolescentes cresceram com a imagem de que os termos que designam as pessoas LGBT são pejorativos e podem ser usados como ofensas e, na maioria das vezes, são utilizados dessa maneira, seja pelo ensinamento proveniente da família, quanto aqueles comportamentos reforçados pelos grupos de colegas.

O docente deve estar preparado para rebater este tipo de atitude, para começo de qualquer debate. A ideia de que a

perpetuação da violência é tida por meio de expressões e gestos culturais é o primeiro passo para que o docente consiga um diálogo reflexivo no espaço escolar, além de ser acolhedor para os jovens que se identificam com as demandas LGBTs.

O professor que se propuser a tentar alguma transformação social nesse sentido deve estar aberto a aprender, em concomitância com seus alunos, bem como deve estar preparado também para errar, desculpar-se e aprender com eles.

Desse modo, é necessário frisar que os estudos que cercam as questões LGBTs

são muito recentes, o que faz com que as decisões judiciais ainda não tenham tido tempo para gerar tanta repercussão na sociedade, além de ser um tema que ainda enfrenta obstáculos por conta de juízos de valor, preconceitos e resquícios culturais e religiosos que atrapalham no seu desenvolvimento. Por isso é importante frisarmos que é um tema passível de mudança a cada descoberta e aquisição de direitos para a comunidade LGBT, como as próprias siglas que mudam conforme tornam-se visíveis seus conteúdos.

Precisamos atentar para o fato de que os direitos LGBT são pautas frequentes, tanto do Poder Legislativo, quanto nas instruções de saúde pública, justamente pela relevância do tema nos tempos atuais. A necessidade de efetivar a igualdade para todos passa pela discussão da sexualidade e gênero, vez que, por anos, foram destituídos de direitos básicos, como o direito de usufruir dos institutos do Direito Civil, no que se refere à sucessão familiar, por exemplo.

Os termos que entram em desuso e são defasados também podem demonstrar um ambiente de desconforto e

insegurança aos alunos, na mesma medida em que perpetuam a posição de inferioridade de lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e travestis. Por isso, para que o professor possa ser um instrumento de mudança dessa realidade, é necessário que haja preocupação até mesmo no uso dos termos. Não são usados mais os termos “homossexualismo” ou “opção sexual”, isso para não mencionar outros termos ainda mais carregados de estigmas sociais. Alguns dos movimentos sociais que se preocupam com as minorias no Brasil tiveram sua gênese e trajetória

entrelaçada. O movimento feminista se articulou com o movimento gay, na década de 70, ainda no período da Ditadura Militar, houve muita dificuldade de representação desse grupo minoritário. Na década de 80, surgiu a epidemia do vírus HIV, que fez com que a sociedade criasse estigma maior para a população homossexual, acreditando que o vírus era quase que exclusivo entre pessoas LGBT. A partir da militância e da busca por direitos iguais, os movimentos sociais brasileiros conseguiram se articular, em meados dos anos 80, para dar mais visibilidade a todas às demandas, um

exemplo dessa militância foi o Grupo Gay da Bahia (GGB) (CANABARRO, 2013).

Atualmente, essa visibilidade tem sido maior, no sentido de abranger novas terminologias à sigla e conseguir representar uma parcela maior da diversidade humana que reside nesse grupo. Um exemplo de direito adquirido para as pessoas transsexuais e travestis é o uso do nome social, pelo Decreto 8.727 de 28 de abril de 2016, que assegurou o reconhecimento da identidade de gênero a essas pessoas.

Os juízos de valor e preconceitos enfrentados por pessoas LGBTs acarreta

na exclusão social, que priva pessoas de atendimentos médicos, empregos e acesso à educação em todos os níveis. Para além do reconhecimento dos direitos dos LGBTs, o respeito à efetiva aplicação dessas garantias, podem assegurar a presença de muitos dentro de ambientes que por décadas lhe foram hostis, como por exemplo, a escola.

2 – PROPOSTA DE ESTRATÉGIA

2.1 - Formar grupos mistos de alunos e alunas. A seguir, deverão responder às questões:

- A. Apresente as formas de violência contra a mulher, que você mais conhece?
- B. Escolha um ou dois casos em que você tenha presenciado, de alguma maneira, formas de discriminação de gênero.
- C. Piadas de mal gosto, humilhações variadas, tudo isso pode servir para ferir os direitos da pessoa. Cite algum direito que seria violado e o que você faria nessa situação.

2.2 – Utilizar um filme, em sala de aula, para se relacionar com o conteúdo e o resultado do debate. Dicas de filmes: Lei

da Mulher (2010), As Sufragistas (Suffragette, 2015), Billy Elliot (1999).

2.3 – Elaborar uma redação (modelo do ENEM). Cada aluno(a) deverá compartilhar a leitura de sua produção com toda a turma.

2.4 – Na tirinha da personagem Mafalda, criada por Quino, vemos um diálogo entre duas meninas com pensamentos distintos sobre um mesmo tema.

A partir do conteúdo expositivo das aulas, elaborar um parágrafo, com introdução, argumentação e conclusão, que represente as duas posições das personagens.



Figura 1 (QUINO, 2003)

2.5 – Apresentar aos alunos um debate sobre um filme ou documentário. Dicas: De gravata e Unha Vermelha (2015); Liberdade de Gênero (2016); Laerte-se (2017).

No debate, apresentar aos alunos as seguintes questões:

- A. Porque é importante, para o indivíduo, ser reconhecido em seus direitos?
- B. O respeito à sexualidade do outro deve ser assegurado dentro de todos os ambientes?

2.6 – Fazer uma pequena exposição das tirinhas elaboradas por Laerte e pedir que, em grupos, os alunos elaborem suas próprias charges, contendo: (1) informação sobre os temas versados à comunidade LGBT; (2) humor; (3) ponto de reflexão.

Exemplos de tirinhas a serem expostas aos alunos:



Figura 4 (LAERTE, 2017, online).

Tema 2 – A desigualdade racial

1 – SÍNTESE DO CONTEÚDO

O tema referente à desigualdade racial pode ser facilmente tratado nas aulas de História, Sociologia, Artes, Educação Física, devido à enorme base construída por fatos históricos e sociais e questões de natureza estética sobre o assunto.

Atualmente, as reflexões sobre o preconceito étnico e o racismo no Brasil tomaram uma grande proporção, fruto de lutas de vários movimentos sociais engajados em reverter esse tipo de cultura. O combate ao racismo nos

ambientes formais de educação é urgente. O desnível de representação étnica presente na sociedade brasileira é legitimado por um racismo estrutural, herança de anos de escravidão. O reconhecimento, tanto da história dos negros no Brasil, como da situação atual que os negros vivenciam, é chave fundamental para a conscientização de que o racismo precisa ser debatido.

Um simples exercício de reflexão sobre a diferença entre negros e brancos nos espaços da sociedade pode levar o aluno à percepção real do que o racismo produz no Brasil. Aconselha-se a se verificar os

níveis estatísticos referentes à morte por violência no País, levantamento de artigos que analisam os impactos das políticas de cotas nas universidades, como um jovem negro, remanescente de família pobre, pode transformar sua família e os impactos para sua comunidade. Ao contrário, como se tornam reféns da lógica violenta que marca o cotidiano das comunidades vulneráveis.

Infelizmente, quando se trata do Ensino Público brasileiro, ainda temos alunos que constantemente escutam discursos racistas de seus próprios professores. Por

isso, esse tipo deve ser objeto de reflexão na própria escola.

Mostrar a verdadeira face do racismo no Brasil é um passo para que todos os alunos reconheçam o valor que cada indivíduo traz consigo, independentemente de sua cor, etnia, cultura ou religião.

A maioria das escolas, principalmente públicas, apesar da laicidade do Estado, que é assegurada pela legislação, ainda permitem que o discurso teórico cristão seja tido como currículo obrigatório ou essencial. Os alunos de religiões que diferem do pensamento do cristianismo

são, na maioria dos casos, deixados à margem e menosprezados. A liberdade de crença é direito fundamental e o exercício docente deve seguir alinhado ao respeito à multiplicidade das crenças existentes.

Para além da justificação ética ao respeito de todos os cultos religiosos, é necessário compreender que o processo de formação das matrizes étnicas brasileiras foi dado a partir da miscigenação de europeus, índios e negros.

Assim, a expressão cultural advinda da resistência de povos africanos, que foi introduzida na cultura brasileira, deve ser

assegurada não apenas pelo respeito e garantia essencial à vida em sociedade, mas pelo compromisso ético de compreensão do percurso histórico proveniente da resistência proveniente das religiões de matriz africana, geralmente estigmatizadas, demonizadas e combatidas.

O racismo no Brasil tem sua origem no processo de migração forçada de milhares de africanos, submetidos para servir de mão de obra escrava nas plantações de cana-de-açúcar. Além dessa questão ser um fato histórico, a

escravatura também moldou a sociedade civil brasileira do jeito que a conhecemos.

O processo de abolição da escravidão, que acabou com o trabalho servil, não ofereceu outros meios para que os negros pudessem se inserir de maneira igualitária, tanto na sociedade como no mercado de trabalho. Serviu para que a situação do negro se moldasse à margem social. Para eles não havia garantias relativas ao direito à moradia, à educação e muito menos o de ocupar cargos de coordenação e chefia, restando-lhes apenas a repressão, discriminação e

busca pela subsistência em subempregos (RIBEIRO, 2015).

Essas questões históricas trazidas por Darcy Ribeiro fizeram parte do modelo brasileiro por anos e ainda resistem em nossa sociedade. O que pode ser feito, a nível pedagógico, para que se questione a questão racial? Bem, uma das questões essencial é que por causa dos Direitos Humanos, racismo é considerado crime e um grave crime.

2 – PROPOSTA DE ESTRATÉGIA

2.1 – Pedir aos alunos, previamente, que tragam exemplos de postagens nas redes

sociais (Facebook, Instagram, Twitter) que demonstrem:

- Preconceito racial, étnico ou religioso;
- Imagens das propagandas em revistas, jornais etc, que denotem privilégio a um determinado tipo humano em detrimento da diversidade humana;

Após a exposição dos conteúdos trazidos pelos alunos, promover debate sobre a repercussão de conteúdos produzidos nas redes sociais e quais as consequências desse tipo de exposição se fosse aplicada a lei contra o racismo.

2.2 – Levar os alunos a espaço aberto da escola (pátios, quadras, estacionamento...) e refletir sobre as seguintes questões:

A. Quantos são os negros trabalhando em empregos como faxineiro, zelador, copeira e empregada doméstica que vocês conhecem (empregos ditos como “subempregos”)?

B. Os padrões de beleza estabelecidos pela sociedade incluem as características negras?

2.3 – Utilizar um filme em sala de aula, para que o conteúdo seja debatido ou

objeto para elaboração de redação (modelo ENEM). Dicas: Olhos Azuis (*The Eye of the Storm*, 1968), Você Faz a Diferença (2010).

2.4 - Na tirinha da personagem Mafalda, vemos nas manchetes expostas na banca de jornais uma em especial que retrata a violência policial contra a juventude negra. A partir do conteúdo expositivo das aulas e incentivando o pensamento crítico dos alunos, promover oficina de criação de tirinha, com o objetivo de tratar questões sociais por meio da ilustração e se utilizando dos meios de linguagem das histórias em quadrinhos. Apresentar as

tirinhas em cartaz ampliado em exposição na escola.



Figura 2 (QUINO, 2003, p. 196)

Tema 3 – A repressão social

1 – SÍNTESE DO CONTEÚDO

A repressão estatal pode ser definida como o exercício do monopólio da força pelo Estado. Especificamente, o monopólio da violência é de competência de algumas instituições, podendo ser destacadas o sistema prisional, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Judiciária Civil e a Polícia Militar (FILHO & FREIRE, 2009). Mesmo que, necessariamente, os meios repressivos sejam atribuídos especificamente à polícia, a repressão habita muitas outras instituições. A própria escola é uma

instituição que, por vezes, se utiliza da repressão no emprego de seus métodos.

Toda repressão é advinda de um modelo político, que desenvolve meios para suas instituições agirem de forma repressiva para atingir os fins da política.

A repressão pode ser atribuída a governos autoritários, seja por meio de ditaduras que impuseram seu poder, como governos que se legitimaram por meio do voto, mas que se associam às forças de dominação social e que têm na ação repressiva, um modo de operação para reprimir ações consideradas fora da “ordem” estabelecida.

Essas ações são de natureza diversa, muitas se caracterizam por força da censura ou de tentativas de censura, aos veículos de informação ou instituições responsáveis por investigações variadas.

Assim, as injustiças seriam plurais, não discriminando nenhum dos poderes da república, em que a instituição policial seria utilizada sem considerar os direitos constitucionais estabelecidos.

A violência permeia vários aspectos da vida social, mas está, também, intimamente ligada ao crime organizado, que tem expressão principalmente no tráfico de drogas. No Brasil, o maior

problema que reside na questão da organização do crime é que ele se constitui em uma rede que tem sua trama principal articulada com instituições do poder público. A atuação de Juízes, policiais, empresários e membros do governo nas organizações criminosas tornam as instituições cúmplices. (MINAYO, 1993).

A vítima mais expressiva do crime organizado, porém, é a juventude, não somente enquanto consumidora e força do trabalho deste mercado paralelo, mas também como alvo de extermínio. Estudos sobre a mortalidade por violência

evidenciam um perfil em que predominam a baixa escolaridade e renda, a pouca qualificação profissional, o sexo masculino e a cor negra (MINAYO, 1993). A violência policial e os meios de repressão são usados como instrumento contra às ilegalidades, mas acabam por fortalecer a mortalidade de um perfil social da população, além de reforçarem o padrão de conduta fora da legalidade de instituições que, por serem legítimas representantes do Estado, deveriam agir estritamente dentro das normas e à serviço da população.

2 – PROPOSTA DE ESTRATÉGIA

2.1 – Introduzir debate em aula trazendo alguns exemplos de repressão que são vivenciados cotidianamente e, por vezes, até despercebidos. Alguns exemplos dessas situações são: limite da liberdade de ir e vir, ocasionado pelo valor alto das passagens e precariedade do transporte público; difícil acesso aos direitos civis pela diferença de linguagem utilizada na apresentação das legislações brasileiras; demasiada e disfuncional burocracia dos serviços públicos que desestimulam a população a assegurar direitos

conquistados; lógica de reforço contínuo à punição, associada a um sentimento de “vingança” social e ineficácia do sistema carcerário; repressão e truculência policial dentro das comunidades periféricas.

Após a reflexão, pedir que os alunos se organizem em grupos e produzam série de fotografias que registrem cenas produzidas por eles mesmos, sobre como seria uma forma de repressão e como seria uma abordagem que respeita a cidadania.

Discutir como a repressão se torna uma cultura e como ela estaria disseminada na escola, entre professores e alunos, e

como isso poderia ser modificado por uma educação humanizada.

Quando da apresentação das fotografias, com as situações de repressão e as situações ideais, os alunos da turma que executou a tarefa deverão entrevistar os alunos das demais turmas, colhendo depoimentos do que eles perceberam das imagens e como eles agiriam.

Esse roteiro de entrevista poderá ter duas questões: Quais são os padrões de repressão que se consegue enxergar claramente na sociedade brasileira atual? O que a repressão social pode acarretar para o indivíduo?

2.2 – Utilizar um filme em sala de aula para debater:

Onde e em que situações seria necessária a presença do Estado para limitar as liberdades individuais. Dica de filmes e documentários: Martírio (2017); Carandiru (2003); Sem Pena (2014).

2.3 A tirinha da personagem Mafalda, criada pelo artista Quino, representa um questionamento proposto pela personagem do difícil acesso a algo que, aparentemente, deveria ser simples e fácil, mas que, a partir de um processo de racionalização das relações sociais, se torna complicado e, por vezes,

inacessível. Sobre o tema da burocracia no Brasil, apresentar proposta de elaboração de redação (modelo ENEM) aos alunos.



Figura 3 (QUINO, 2003, p. 283)

Tema 4 – O direito à memória

1 – SÍNTESE DO CONTEÚDO

O direito à formação da memória histórica dos cidadãos deve ser protegido pelas organizações sociais. A escola, neste interim, tem o dever de assegurar representação cultural que abranja o multiculturalismo proveniente da formação do povo brasileiro, bem como a preservação dos fatos de acontecimentos históricos que compõe a memória de famílias afetadas pelos regimes ditatoriais. Assim, o direito à memória, no Brasil, atinge dois grupos: os indígenas e

seus descendentes e os ex-presos políticos e seus familiares.

O genocídio da população indígena, acarretado pelo brusco processo de colonização capitaneado por metrópoles europeias, se estende até a contemporaneidade, no que se refere aos incentivos à conservação das particularidades étnicas dos indígenas. Os esforços institucionais não são suficientes para suprir as demandas de resistência e preservação cultural dessas coletividades.

A segunda metade do século XX na América Latina é marcado pela barbárie

da Ditadura Militar. O direito a constituir memória histórica, nesse sentido, deve ser assegurado, e não somente aos ex-presos políticos e seus familiares, mas também às comunidades indígenas que resistem para terem sua identidade cultural preservada. A partir do reconhecimento dos fatos históricos e da confirmação dos crimes que ocorreram contra as aldeias e comunidades indígenas e pessoas que confrontaram os governos ditatoriais, firma-se a ideia de que é preciso conhecer e lembrar para que não venha a se repetir, além de

preservar a história dos povos e indivíduos.

Assim, para assegurar a história real do que realmente aconteceu, e não aquela memória nacional que silenciou os discursos e testemunhos, é necessário que as fontes a serem utilizadas partam do pressuposto da reconstrução da memória a partir do testemunho de quem a viveu.

Passado o período da Ditadura Militar brasileira, a Lei de Anistia, Lei 6.683 de 1979, assegura a anistia a todos aqueles que cometeram crimes políticos ou

conexos ¹ . Entretanto, os crimes praticados no período em questão, em destaque os crimes contra a integridade física e a vida, como tortura, estupro e homicídio, também foram anistiados. Essa omissão ao julgamento de crimes contra a humanidade contradiz tanto os preceitos básicos da Constituição Federal quanto as obrigações internacionais assumidas pelo Brasil (VENTURA, 2011).

Com a redemocratização do Estado brasileiro, diferentes esforços para dar voz à parcela política que foi perseguida,

¹ Tendo sido, nesse caso, o conceito de “conexo” abrangido de tal maneira que englobasse, também, crimes comuns.

torturada e morta pelo governo ditatorial foram desenvolvidos. Exemplo disso é a Comissão Nacional da Verdade, instituída pelo governo brasileiro para investigar as violações aos direitos humanos que ocorreram pela atuação de agentes públicos. Ainda, há projetos independentes e produção de conteúdo documental, bibliográfico e cinematográfico com vistas a tornar público, com veracidade, os acontecimentos da época.

2 – PROPOSTA DE ESTRATÉGIA

2.1 – Oficina de música e poesia: Para incentivar a articulação dos alunos com criatividade, propor um debate sobre músicas nacionais que versam sobre a temática da memória histórica dos indivíduos. Dicas de músicas: *Índios*, por Legião Urbana; *Para não dizer que não falei das flores*, por Geral Vandré; *Apesar de você*, por Chico Buarque; *Como nossos pais*, por Elis Regina; *Todo dia era dia de Índio*, por Tim Maia e Jorge Bem Jor.

Propor atividade de criatividade artística para os alunos, por meio da elaboração de poesias ou músicas, que contenham

ideias para a preservação de cultura e identidade para os índios ou ex-presos políticos.

2.2 – Utilizar filmes e documentários que tratam da memória para produzir debate entre os alunos. Dicas: Utopia e Barbárie (2009) O que é isso, companheiro? (1997) O ano em que meus pais saíram de férias (2006); Martírio (2015).

2.3 – A tirinha da personagem Mafalda, criada por Quino, nos remete ao uso da tortura para a coleta de informações. A personagem, ao se deparar com atitude que julga violenta, questiona aos agentes públicos sobre suas intenções. A partir da

representação da tortura na imaginação da personagem, qual conclusão podemos chegar?



Figura 5 (QUINO, 2003, p. 175)

Tema 5 – Acesso à cidade

O acesso à cidade, no que tange os direitos humanos, versa sobre as possibilidades de acesso às instituições e estruturas sociais alicerçado em um dos principais direitos fundamentais: o direito de ir e vir, ou o direito à locomoção em território nacional, assegurado pelo inciso XV do artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Por vezes, algo tão simples como o direito de se locomover livremente, passa despercebido para muitos em razão da simplicidade que o cerca. Qualquer pessoa com os mínimos meios de subsistência não encontra

problema algum em ter acesso físico a algum lugar quando é necessário, porém, o transporte público é cada vez mais negligenciado e tem seus valores aumentados de forma brusca, o que dificulta a vida de boa parte da população.

O acesso às instituições sociais nada mais é que a possibilidade para todos de conseguir ter alcance físico, quando necessário, aos órgãos que cuidam das relações sociais mais básicas, como por exemplo o acesso à justiça, aos direitos trabalhistas, às instituições de saúde e até mesmo aos centros de lazer.

Sendo o geógrafo Milton Santos, a planificação ou o planejamento urbano do poder público serve aos desígnios pautados pelo desenvolvimento econômico, e não para as necessidades do coletivo, o que termina por empobrecer ainda mais os pobres, ou com serviços de transporte públicos caros e de má qualidade ou com o fato de pagarem por serviços que o próprio poder público não consegue ofertar-lhes (1993).

Um dos pontos que também podemos salientar, nesse sentido, é pertinente às manifestações populares que tomaram conta das ruas das grandes capitais, em

Julho de 2013. As demandas da população, naquela época, eram exatamente sobre o aumento da passagem significar a perda do acesso de milhares de cidadãos à cidade. O brusco aumento da passagem significou, também, para grande parte da população, reajuste em seus itinerários mais elementares.

O maior *slogan* dessas manifestações, principalmente na capital São Paulo, era “não são só vinte centavos”, exatamente porque se tratava de algo muito mais enfático que o aumento do preço do transporte público. Significou, também, a

possibilidade para muitos de não terem acesso, por exemplo, a um hospital quando fosse necessário. O transporte público é importante liame entre a população e os serviços sociais que o governo disponibiliza, se esse liame é posto em risco, as consequências sociais são muito mais severas. Por essa razão, os direitos humanos no Brasil necessitam tratar da situação do urbanismo e da organização das cidades.

Paralelo a isso, existe atualmente nos grandes centros urbanos do mundo, um processo que foi chamado de

*gerentrificação*². Este fenômeno nada mais é que a reorganização de um espaço urbano e suas dinâmicas, afetando os valores imobiliários e comerciais do espaço em detrimento de uma população de baixa renda ali vive.

Neste processo, pessoas são obrigadas a mudar-se dos espaços visados pela especulação imobiliária para dar vida é um novo centro urbano. O que acontece, de fato, é que essa população se vê obrigada a mudar-se para zonas

² É o fenômeno que altera a organização de uma localidade a partir de uma reestruturação. Um exemplo seria a revitalização de área urbana abandonada.

periféricas, aumentando a distância física que os separa das instituições sociais.

O afastamento da população de baixa renda pode também acarretar, a longo prazo, um maior distanciamento dessas pessoas de grupos de reivindicação política e de direitos, o que corrobora ainda mais para a marginalização desses grupos. Todo esse processo é feito em nome das estruturas que suportam a lógica do capital, mas são mascaradas de projetos urbanos e sociais que visam a revitalização de uma área pública que aparenta estar “degradada”.

É preciso, então, que o professor consiga incitar em seus alunos a capacidade de exercitar a empatia. O acesso à cidade é um direito que raramente é negado aqueles que possuem situações financeiras favoráveis. Por isso, talvez este ponto seja o mais difícil para o desenvolvimento de reflexão crítica dos alunos. Enquanto a multiplicidade étnica e diversidade humana que preenchem a sociedade brasileira, e conseqüentemente, as salas de aula, propiciam uma maior facilidade aos alunos de compreender a situação do outro, o acesso à cidade ainda é um

ponto de extrema importância que fica encoberto pelos demais.

Também, a participação da mídia nesse caso traz um profundo desserviço. As manifestações de meados de 2013 tiveram pouca aceitação popular, no início, e foram representadas sob a alcunha de “baderna” e “vandalismo” pelos veículos de comunicação. Esse movimento midiático acabou por enfraquecer as demandas pautadas pelos grupos sociais que representavam o direito ao acesso às instituições da cidade, como por exemplo o Movimento

Passage Livre (MPL)³, grupo independente e não-filiado a nenhum partido que organiza mobilizações populares há mais de dez anos por várias cidades brasileiras.

Abordar, de forma reflexiva, temas que podem instigar o questionamento crítico é uma forma de viabilizar o debate conforme os conhecimentos prévios dos alunos.

³ “O Movimento Passage Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada.” Texto retirado do site do Movimento Passage Livre. Disponível em < <http://tarifazero.org/mpl/> >. Acesso em 16 de outubro de 2017.

2 – PROPOSTA DE ESTRATÉGIA:

2.1 – Levando em consideração o salário mínimo nacional no ano de 2017, cerca de R\$ 937,00, elaborar uma equação que contenha: (1) gastos com moradia; (2) gastos com alimentação; (3) gastos com transporte público.

Com o resultado da equação, seria possível concluir que acesso à cidade e suas instituições é algo assegurado pelo poder público?

2.2 – Utilizar filmes ou documentários para produzir debate em sala de aula sobre a questão do planejamento urbano social e suas implicações. Dicas:

Programa “Roda Viva” com as lideranças do Movimento Passe Livre (2013).

2.3 – Oficina de fotografia: desenvolver atividade de produção fotográfica com os alunos. As fotografias devem levar em consideração:

(1) a questão do planejamento urbano e o que ele pode acarretar para a população;

(2) as dificuldades de acesso às instituições sociais (saúde, justiça, educação);

(3) precariedade dos transportes públicos.

2.4 – Oficina de criatividade: propor aos alunos a elaboração de projeto urbano,

levando em conta o conteúdo expositivo da aula e reflexões feitas a partir dele. O projeto pode ser feito à mão, com desenhos ou maquetes, ou com a utilização de meios eletrônicos, como aplicativos e programas. Os alunos poderão apresentar e defender seus pontos de vista que os levaram a construir seus projetos.

Notas finais

Acreditamos que o incentivo às atividades lúdicas, que fujam do modelo convencional das aulas e priorizem a atividade criativa dos alunos, possa estimular os alunos a produzir conteúdo reflexivos, a partir de temas necessários para a formação dos indivíduos enquanto cidadãos.

Esperamos que as estratégias aqui propostas possam ser utilizadas em sala de aula para fomentar o questionamento acerca das expressões sociais que ainda

não atingiram formato ideal para permitir a justiça social e a igualdade entre todos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Código civil**. Organização de Sílvio de Salvo Venosa. São Paulo: Atlas, 1993.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos** (Decreto nº 7.037, de 21/12/2009). Brasília: SEDH, 2010. Disponível em:

< www.direitoshumanos.gov.br > Acesso em 22 de março de 2017.

CANABARRO, Ronaldo. **História e direitos sexuais no Brasil: O movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania.** Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional. ISSN 2318-6209. 2013.

Disponível em: <

http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/Fil_e/historiaedireitoscanabarro.pdf >. Acesso em 16 de outubro de 2017.

FILHO, Edson Benedito Rondon e FREIRE, Francisco Xavier. **Monopólio legítimo da força como processo civilizador: Weber e Elias em perspectiva.** Recife: XII Simpósio Internacional Processo Civilizador, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de S. e SOUZA, Edinilsa R de. **Violência para todos.**

Cod. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (1): 65-78. 1993.

QUINO, J. L. **Toda Mafalda**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITED Ltda, 1993.

VENTURA, Deisy. **A interpretação judicial da Lei de Anistia brasileira e o Direito Internacional**. Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça, n. 4, 2011.

Anexo I – Lista de links dos filmes e documentários disponíveis

- Lei da Mulher (2010)

<https://www.youtube.com/watch?v=SHW0a8UcHZk>

- As Sufragistas (2015)

<https://www.youtube.com/watch?v=CNp7pmTpEOc>

- Olhos Azuis (*The Eye of the Storm*, 1968)

<https://www.youtube.com/watch?v=AeiXBLAILpQ>

- Você Faz a Diferença (2005)

https://www.youtube.com/watch?v=HNbal_BM8o0

- Carandiru (2003)

<https://www.youtube.com/watch?v=l7EV8sRfHSw>

- Liberdade de Gênero (2016)

<http://gnt.globo.com/programas/liberdade-de-genero/>

- Utopia e Barbárie (2009)

<https://www.youtube.com/watch?v=cn9liNePro>

- O que é isso, companheiro? (1997)

<https://www.youtube.com/watch?v=-VZlxXjg6pM>

- O ano em que meus pais saíram de férias (2006)

<https://www.youtube.com/watch?v=yplwrQIWglw>

- Programa “Roda Viva” com as lideranças do Movimento Passe Livre (2013)

<https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY>

- Sem Pena (2014)

<https://www.youtube.com/watch?v=2pctKmjMigQ>